

DISPERSÃO TERRITORIAL CONTROLADA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL¹

CONTROLLED TERRITORIAL DISPERSION OF INTERNATIONAL MIGRATIONS IN BRAZIL

DISPERSIÓN TERRITORIAL CONTROLADA DE LAS MIGRACIONES INTERNACIONALES EN BRASIL

RESUMO

A migração é um tipo de mobilidade que articula as pessoas, no espaço e no tempo de maneira coexistente. Diversas são as causas para que as migrações ocorram. Diante de uma economia mundo globalizada, as desigualdades se manifestam nos territórios e condicionam expulsões, barramentos, aprisionamento e/ou constantes movimentos migratórios, os quais necessitam de explicações que considerem elementos estruturais e conjunturais enquanto condicionantes de tal fenômeno. No contexto da América Latina, o Brasil é um país constituído por múltiplos movimentos migratórios. Na tentativa de contribuir para entender a configuração e o conteúdo das migrações que atravessam o território brasileiro no século XXI, este texto tem como perspectiva discutir acerca das estratégias “acolhimento humanitário” subsidiada por organismos internacionais em parcerias com governos nacionais, que na essência revela, por meio da dispersão territorial controlada de pessoas em situação de migração, a normatização, o barramento e a contenção (mesmo que circulatória) de pessoas em situação de migração nos países que formam o conjunto do Sul Global. Para tanto, o referencial teórico alicerçado nos conceitos de migração, fronteira, instituição, agentes e escala, associadas ao levantamento de dados secundários, leitura de documentos e trabalho empírico contribuiu para que pudéssemos entender teoricamente a complexidade que alicerça as migrações no período atual, e que demanda, além da reflexão, a construção de agendas alternativas ao controle das vidas migrantes no presente.

Palavras-chave: migração; fronteira; instituição; agentes; escala.

 Denise Bomtempo^a

^a Universidade Estadual do Ceará (UECE),
Ceará, Brasil.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.87645

Correspondência:
denise.bomtempo@uece.br

Recebido em: 27 abr. 2024

Revisado em: 19 jun. 2024

Aceito em: 22 set. 2024

¹ Texto originalmente produzido para a discussão da Mesa 3 do Colóquio Geocrítica (6 – 11 de maio, 2024 – UERJ) intitulado “Território, instituições, agentes e a centralidade das migrações internacionais no Brasil”. Agradeço ao Mestrando do PROPGEO/UECE Gabriel Martins de Oliveira pelo constante diálogo acerca das migrações latino-americanas, bem como pela construção dos cartogramas e gráficos.



ABSTRACT

Migration is a type of mobility that articulates people in space and time in a coexisting manner. There are several causes for migrations to occur. In the face of a globalized world economy, inequalities manifest themselves in territories and condition expulsions, barriers, imprisonment and/or constant migratory movements, which require explanations that consider structural and circumstantial elements as conditioning factors of such a phenomenon. In the context of Latin America, Brazil is a country constituted by multiple migratory movements. In an attempt to contribute to understanding the configuration and content of migrations that cross Brazilian territory in the 21st century, this text aims to discuss the “humanitarian reception” strategies subsidized by international organizations in partnership with national governments, which essentially reveal, through the controlled territorial dispersion of people in migration situations, the standardization, blocking and containment (even if circulatory) of people in migration situations in the countries that form the Global South. To this end, the theoretical framework based on the concepts of migration, border, institution, agents and scale, associated with the collection of secondary data, reading of documents and empirical work contributed to our being able to theoretically understand the complexity that underpins migrations in the current period, and which demands, in addition to reflection, the construction of alternative agendas to the control of migrant lives in the present.

Keywords: migration; border; institution; agentes; scale.

RESUMEN

La migración es un tipo de movilidad que articula a las personas en el espacio y el tiempo de manera de convivencia. Hay muchas razones para que se produzcan las migraciones. Frente a una economía mundial globalizada, las desigualdades se manifiestan en los territorios y conducen a expulsiones, barreras, encarcelamientos y/o constantes movimientos migratorios, que requieren explicaciones que consideren elementos estructurales y coyunturales como condiciones de tal fenómeno. En el contexto de América Latina, Brasil es un país compuesto por múltiples movimientos migratorios. En un intento de contribuir a la comprensión de la configuración y el contenido de las migraciones que atraviesan el territorio brasileño en el siglo XXI, este texto tiene como objetivo discutir estrategias de “recepción humanitaria” subsidiadas por organismos internacionales en alianza con gobiernos nacionales, lo que en esencia revela, a través de la gestión controlada dispersión territorial de personas en situación migratoria, la estandarización, bloqueo y contención (aunque sea circulatoria) de personas en situación migratoria en los países que conforman el Sur Global. Para ello, el marco teórico basado en los conceptos de migración, frontera, institución, agentes y escala, asociado a la recolección de datos secundarios, lectura de documentos y trabajo empírico contribuyó a que pudiéramos comprender teóricamente la complejidad que sustenta la migración en el período actual, y que exige, además de la reflexión, la construcción de agendas alternativas al control de la vida de los migrantes en el presente.

Palabras-clave: migración; frontera; institución; agentes; escala.



INTRODUÇÃO²

A migração é um tipo de mobilidade que articula as pessoas, no espaço e no tempo de maneira coexistente. Diversas são as causas para que as migrações ocorram. Do ponto de vista da escala geográfica, as migrações possuem diversas tipologias, as mais comuns internas e internacionais; bem como temporárias e permanentes, ao levarmos em consideração a escala temporal.

Diante de uma economia mundo globalizada, as desigualdades se manifestam nos territórios e condicionam expulsões, barramentos, aprisionamento e/ou constantes movimentos migratórios, os quais necessitam de explicações que considerem elementos estruturais e conjunturais enquanto condicionantes de tal fenômeno. No contexto da América Latina, o Brasil é um país constituído por múltiplos movimentos migratórios.

Na tentativa de contribuir para as explicações das migrações dos povos e populações no século XXI, trazemos algumas questões e ao mesmo tempo reforçamos a necessidade da Geografia se voltar para a variável população como uma variável geográfica, e não puramente demográfica, estatística e operacional. Isso posto, perguntamos de que maneira a Geografia, no contexto contemporâneo, pode contribuir para a reflexão – ação das problemáticas vinculadas às migrações? Quais são os desafios teórico-metodológicos para leitura geográfica das migrações no século XXI? Neste mundo em transição, como construir um arcabouço teórico-metodológico que possa considerar a migração não apenas como modelo a ser apreendido e nem o migrante enquanto o indesejado, o outro na paisagem, mas aquele que constrói, vivência e experiência múltiplas escalas e potencializa a diversidade da vida nas cidades?

Outras inúmeras questões, podem ser feitas, mas para este momento, o intuito é trazer elementos que possam sustentar o entendimento da migração enquanto um fenômeno social e territorial configurada por fatores causais diversos que coexistem espacial e temporalmente. Para dar base à interpretação, nossa opção é considerar que a discussão acerca da fronteira enquanto território disperso e controlado, associada às instituições, aos agentes, bem como aos programas e às políticas migratórias podem contribuir para o entendimento da configuração e do conteúdo das migrações no século XXI.

Para tanto, este texto está organizado em quatro partes. Na introdução, apresentamos as matrizes que guiam a discussão acerca da dispersão territorial controlada da migração venezuelana em território brasileiro. Na segunda parte, optamos por apresentar os referenciais que permitem fazer a leitura das migrações no período atual. Em continuidade, na terceira parte, com base no referencial teórico, análise documental, dados secundários e pesquisa empírica, problematizamos as questões que envolvem a

² O texto é parte dos resultados da pesquisa intitulada “Migração forçada na região Nordeste do Brasil: redes, circularidades e territorialidades”, que conta com financiamento do CNPq por meio do Edital Universal – Processo: 422880/2021-3.



elaboração de programas e políticas de dispersão territorial controlada e com ela a contenção de migrantes venezuelanos no território brasileiro, tendo como foco a “Operação Acolhida”. Essa discussão levou às considerações finais do artigo e a apresentação da bibliografia.

A CONFIGURAÇÃO E O CONTEÚDO DA MIGRAÇÃO ENQUANTO UM FENÔMENO SOCIAL E TERRITORIAL

As migrações no período atual apresentam características peculiares, dentre elas os próprios motivos que levam à decisão de migrar, que podem ser caracterizados como: trabalho, união familiar, desastres ambientais, aposentadoria, estudos, perseguições (de gênero, política, religiosa, étnica), refúgio, conflitos e guerras, desenvolvimento de trabalho com alto grau de qualificação ou trabalho altamente precarizado, entre outros.

Nesse sentido, na visão de Haas *et al.* (2020), Mauss (2015) e Tarrus (2013), dada a diversidade dos fluxos migratórios, o caminho epistemológico construído por meio da utilização de metodologias que estejam pautadas na intra e interdisciplinaridade podem contribuir para a leitura complexa das migrações. A interdisciplinaridade nos estudos migratórios já foi defendida por Maximilian Sorre em várias de suas obras, dentre as quais podemos citar: *Les migrations des peuples. Essai sur la mobilité géographique*, 1955 e *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*, 1957. Mesmo tendo apresentado este caminho epistemológico, ele não foi aprofundado na Geografia por meio dela mesma e no contato com outras áreas do conhecimento.

Isso posto, consideramos que falar, definir e explicar as migrações em meio à múltiplas transições, é uma questão complexa, pois exige uma multiplicidade de abordagens teóricas e metodológicas. Sayad (1998) afirma que a migração deve ser lida como um “fato social completo”. Enquanto uma palavra de duas ordens, a interpretação e a explicação da migração não devem separar os lugares de origem e de migração das pessoas em movimento, como fazem, por exemplo, os trabalhos que primam pela análise puramente estatística. Desse modo, com vistas ao entendimento da totalidade, é interessante uma explicação do fenômeno migratório que considere os sujeitos que o compõe, ou seja, o migrante, sendo ele ao mesmo tempo emigrante e imigrante envolvido em lugares e trajetórias contínuas e ininterruptas, mesmo que seja um deslocado do seu terreno de origem.

Para Tarrus (2000) os estudos sobre as migrações necessitam de uma metodologia que se preocupe em entender as “trajetórias que articulam a história de vida, tal como a descreve cada interlocutor e os acontecimentos gerais, exteriores às vontades individuais, mas contribuindo com a construção dos destinos (p. 45)” que não são mais definitivos, mas que apresentam circularidade e assim se formam “territórios circulatórios”, no qual o autor apresenta como novos espaços de movimento que “englobam as redes



definidas pela mobilidade cujo *status* deriva de seu saber-fazer de circulação” (p. 55). Essa noção reafirma que o movimento migratório está sempre investido de significado social.

Destarte, outra abordagem relevante para analisar as migrações no período atual é a de Mondardo (2012), que apresenta uma interpretação das migrações a partir do imaterial e da escala dos sujeitos, sem perder de vista as dimensões estruturais e conjunturais nas quais se encontram as pessoas em processos migratórios.

Nossa opção teórico-metodológica, leva em consideração que a migração no período atual é um fenômeno social e territorial que pode ser interpretada a partir da configuração e do conteúdo da permanência, do deslocamento, da transição e da circularidade dos sujeitos, coexistentes no espaço-tempo que são resultantes de dinâmicas e processos estruturais e conjunturais definidos pela ação de instituições e que envolvem múltiplos agentes.

De maneira mais detalhada, a migração pode ser explicada, a partir das dinâmicas espaciais multiescalares, pelas instituições, pelos agentes e pelos migrantes - entendidos como elos territoriais, pois carregam o território de origem, o território de circulação e de migração. São eles que sentem, na transição, as barreiras da contenção territorial em seus corpos, em suas memórias, em suas malas, naquilo que conseguiram carregar. Ao fazer essa afirmação, compreendemos que a migração é um fato social (Sayad, 1998) e territorial completo já que todas as relações são estabelecidas pelas instituições e pelos sujeitos (que permanecem e que migram) no espaço, no território, na região, no lugar, na rede urbana, na cidade, nos espaços fronteiriços e que por meio de redes técnicas, sociais e de solidariedade que podem contribuir para que possamos explicar a configuração e o conteúdo dos fluxos e das redes migratórias no século XXI.

Então, diante do quadro diverso e complexo das migrações, o caminho que optamos é aquele que prima pelo uso de conceitos, variáveis analíticas e operacionais estruturais e conjunturais que consideram os sujeitos, seus trajetos, transições e circularidades construídas por meio das inúmeras fronteiras (materiais e simbólicas) cruzadas, tais como, a fronteira dos países, da casa, da comunidade, da cidade de origem e das cidades que compõem o território de migração (seja ele de permanência ou circularidade).

No mundo e de maneira especial na América Latina, presenciamos um momento de transição paradigmático no que concerne à migração, já que, por um lado, constata-se cada vez mais a fluidez da comunicação, da informação, das normas e do dinheiro, por outro lado, há um acirramento do controle, da vigilância, da normatização e do ordenamento do fluxo de entrada, saída e de transição de pessoas. Trata-se de um processo de monitoramento e seletividade que se diferencia conforme a origem territorial daqueles que querem entrar, circular ou mesmo atravessar os países.



Diante da financeirização do capital, da acentuação de políticas neoliberais, dos inúmeros conflitos e das crises, as pessoas em situação de risco se apresentam de maneira crescente na escala mundo e por isso, a migração se coloca enquanto alternativa na busca pelo direito de existir.

De acordo Sassen (2016), presenciamos inúmeras manifestações de expulsões, sobretudo vinculadas às pessoas indocumentadas que estão em constante transição espacial e de *status* de identificação. Isso se deve pela necessidade de permanecer invisível na sociedade que normatiza de maneira documental a existência do sujeito. Ao se tornar invisível, as pessoas em situação de migração oficialmente não moram, não estudam, não consomem, não trabalham, ou seja, vivem plenamente na clandestinidade e com ela tem-se a precarização multidimensional da vida, sendo a precarização do trabalho apenas uma dimensão do que significa não estar, mas viver, na cidade com a sensação perene da expulsão.

Nesse sentido, ainda de acordo com Sassen (2016), uma das formas mais extremas de expulsão é das “pessoas que vivem em pobreza abjeta no mundo inteiro”, incluem-se “pessoas deslocadas, armazenadas em campos formais e informais de refugiados, os grupos convertidos em minorias nos países ricos e que são amontoados em prisões” (p.11) como criminosos por tentarem ultrapassar fronteiras para dar continuidade à trajetória. São fronteiras cada vez mais seletivas, em que as pessoas são barradas, presas, violentadas, separadas de seus grupos familiares, além de serem espaços de ações violentas atreladas às questões de xenofobia, aliciamento para o tráfico de drogas, tráfico de pessoas, órgãos e exploração sexual.

A migração provoca múltiplos impactos no território e na vida das pessoas envolvidas, com destaque para quem migra; quem permanece e quem recebe os sujeitos em situação de migração. No século XXI, entende-se por migração forçada, aquela formada por pessoas que saem de seu território de origem por diversos fatores e ainda, são pessoas cuja nacionalidade provém de países que compõem o conjunto do Sul Global e que mormente passaram por processos de exploração colonial.

O Brasil é um dos países que exerce função de centralidade na América do Sul, enquanto território de acolhida de migrantes forçados. Todavia, essa centralidade se constrói de maneira processual. Se fizermos uma periodização, verificamos que na primeira década do século XXI, de acordo com a Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2022) foram registrados, nos anos de 2000, 2005 e 2010, apenas 330 casos de solicitação de pessoas que cruzaram a fronteira em situação de migração forçada. Essa realidade foi completamente revertida a partir do ano de 2013, com o desastre ambiental e a crise social no Haiti. Após dois anos, houve um crescimento considerável da quantidade de entradas registradas pelos órgãos oficiais, quando foi possível notar um total de 16.000 pedidos de refúgio de haitianos para o Brasil (Jesus, 2020).



Atualmente, de acordo com o ACNUR, em parceria com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e Polícia Federal do Brasil, observa-se que as solicitações de refúgio ao governo brasileiro chegaram a um número superior em relação à década passada, sendo registrados 80.000 mil pessoas de múltiplas nacionalidades em 2022, com destaque para pessoas originárias de Cuba, Haiti, Senegal, Angola, Síria, Índia, China e Venezuela. Configura-se assim um movimento que articula espaços e pessoas do Sul Global, o que também se conhece como migração Sul-Sul (Baeninger, 2018).

Ao acessar as bases de dados do SISMIGRA (2022) e selecionar a variável “país de origem dos migrantes entrados no Brasil”, verificamos que a migração internacional predominante é de fronteira, já que quanto ao volume, origem dos migrantes entrados no Brasil, é majoritariamente formada por pessoas originárias dos países da América do Sul, tais como: Venezuela, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Ainda em relação aos países latino-americanos, destacam-se Haiti e Cuba. Foram registradas também pessoas dos países africanos, com destaque para: Angola, Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, África do Sul, entre outros. No ano de 2022, a migração de pessoas dos países da América do Norte, do Oriente Médio, da Ásia e da Oceania também foram registrados no Brasil.

Em território brasileiro, as pessoas em situação de migração se fazem presentes em todos os estados, porém de maneira mais densa na “região Concentrada”, porém o que se apresenta enquanto novo no que se refere à presença de migrantes, são registros nos estados das regiões Norte (Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Acre) e Nordeste ((Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará).

No que concerne à origem territorial dos migrantes internacionais que foram registrados no Brasil, no ano de 2000 predominavam pessoas originárias majoritariamente dos Estados Unidos, China, França, Alemanha e Argentina. Caracterizando assim uma migração internacional cuja direção era dos países do Norte Global para o Sul e uma migração de fronteira ao considerar as pessoas originárias da Argentina. A configuração dos movimentos migratórios internacionais que atravessam o Brasil no ano de 2022 do ponto de vista da origem dos migrantes se altera em relação ao ano de 2000.

Com base nos dados do SISMIGRA (2022), ao se comparar a primeira e a segunda década do século XXI foi possível notar uma diversificação da origem e dos motivos da entrada em território brasileiro. Na primeira década, majoritariamente tivemos a entrada de pessoas dos países do Norte global com vistas à realização de pequenos, médios e até grandes investimentos (Bomtempo, 2020) e com vistas à qualificação profissional (Bomtempo, 2021). Na segunda década do século XXI, a presença de pessoas originárias dos países do Sul Global se apresenta de forma majoritária, sobretudo de países fronteiriços (Venezuela, Colômbia e Argentina) e países da América Latina (Cuba e Bolívia), apresentando-se, do ponto de vista da tipologia, uma migração de fronteira ou transfronteiriça, já que não existe apenas o território de saída e chegada, mas fluxos



transfronteiriços entre os países que compõem o conjunto do Sul Global. No território brasileiro, as pessoas em situação de migração se fazem presentes em todos os estados da federação.

A migração enquanto um fenômeno marcado por relações sociais de conflitualidade e cooperação que envolve territórios de maneira multidimensional e multiescalar, não se manifesta empiricamente de forma homogênea. Existem territórios que são demarcados enquanto trânsito, circularidade e permanência e que podem sofrer alterações de sua tipologia de acordo com as causas estruturais e conjunturais que soerguem as migrações, a ação de instituições, de agentes que atuam de maneira multiescalar e das próprias pessoas em situação de migração.

Diante do apresentado, ao considerar os direcionamentos, as migrações que se materializam nos territórios não respeitam os clássicos trajetos até então mapeados. No século XXI, as migrações, sobretudo das pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social, cultural, política, ambiental e de gênero, configuram-se cada vez mais num desenho espacial que envolve os países do Sul-Sul Global. Mormente, desse conjunto de países, o direcionamento dos fluxos abarca aqueles que compartilham relações cotidianas de fronteira, que possuem proximidades linguísticas, culturais, cooperações econômicas e políticas, dentre outras. Essas variáveis estruturais, associadas às variáveis conjunturais, sendo elas a formação de redes de cooperação organizadas pelos próprios sujeitos em movimento, facilitadas pelas redes técnicas materiais e imateriais de comunicação e informação, são importantes para construir um caminho de interpretação das migrações no século XXI.

Considerar a origem territorial dos sujeitos, as fronteiras existentes, bem como as instituições e os agentes envolvidos como prerrogativa para explicar a configuração e o conteúdo dos fluxos migratórios é um caminho metodológico que permite entender a migração enquanto fato social e territorial completo.

FRONTEIRA, TERRITÓRIO, INSTITUIÇÕES, AGENTES E A CENTRALIDADE DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

Já foi discutido que os fluxos migratórios que apresentam maior volume do ponto de vista quantitativo são aqueles cujo perfil dos migrantes é marcado por vulnerabilidades múltiplas experienciadas no território de origem, bem como nos trajetos percorridos. Diferentemente das migrações internacionais ocorridas até metade do século XX, cujo fator determinante dos movimentos era econômico, no século XXI eles se ampliam e podem ser caracterizados enquanto estruturais, conjunturais e próprios de cada grupo migratório.

Na escala mundo, por um lado, o fechamento e o barramento das fronteiras dos países “desenvolvidos”, a seletividade migratória, a gestão e o ordenamento migratório restritivo e punitivo, a multiplicação de crises ocasionadas por diversos fatores causais e por outro lado, na escala de cada país, a ação de instituições e



múltiplos agentes, as políticas públicas, bem como a existência de redes técnicas, sociais, de solidariedade e cooperação elevam a coexistência de fluxos migratórios e desse modo, são diversos os territórios que apresentam centralidade no conjunto das migrações internacionais.

A fronteira é um dos conceitos de base da ciência geográfica³. De acordo com Dorfman (2013), é possível fazer uma periodização dos estudos de fronteira na Geografia. O “primeiro período” (final do século XIX à década de 1970) é marcado pelos estudos elaborados pelos geógrafos europeus, nos quais centraram a discussão sobre a fronteira levando em consideração a espacialidade da política e do poder enquanto variáveis possíveis para delimitação de “áreas” e definição de territórios nacionais. A partir da experiência empírica americana, Frederick Turner (1861-1932) define a fronteira como área sem conteúdo – espaço que precisa ser preenchido, um “frontier”.

Em continuidade à periodização das discussões acerca da fronteira na Geografia, Dorfman (2013) afirma que o “segundo período” que tem como marco a década de 1970, tem no trabalho de Yves Lacoste (1977), o marco teórico para discutir a fronteira a partir da geopolítica. Para tanto, trouxe exemplos empíricos das fronteiras impostas no mundo colonial.

Mormente lida como “terreno empírico”, Wallerstein (1979), propôs que sem deixar de considerar a história concreta dos lugares, para entender as complexidades, era preciso considerar que os conceitos, entre eles o de fronteira, não deveriam ser historicamente enraizados, mas precisariam trazer explicações significativas para entender o espaço-tempo e a sociedade como “era, é e será”.

Na Geografia brasileira, na mesma direção, em fins do século XX, Becker (1988) afirmou que a fronteira não poderia mais ser explicada somente como “franjas do mapa com limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social” (p. 62). Mas, para entender as complexidades do período analisado, a autora afirmou que era necessária uma definição de fronteira mais abrangente, ou seja, que pudesse captar a especificidade que lhe é própria “espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório – e a relação com a totalidade de que é parte (p. 62).

Por sua vez, Machado (1998), fortifica os estudos que combatem a leitura da fronteira como “zona ou linha”; “contato ou ruptura” e traz uma abordagem, que consoante à Dorfman (2013), “preserva a institucionalidade estatal da fronteira”, mas inova ao tratar sua “dinâmica e constante recriação” baseada num “caráter sistêmico de trocas em diferentes escalas” (p. 6).

³ Não queremos aqui esgotar o debate acerca da fronteira na escala mundo, mas sim intensificar que se trata de um conceito capaz de contribuir para a leitura da configuração e do conteúdo das migrações do presente.



No século XXI, dada a complexidade mundo atrelada à dialética da fluidez - barramento, Dorfman (2013) afirma que a fronteira pode ser entendida enquanto “lugar da contradição” que envolve múltiplos agentes. Desse modo, propõe pensar não a fronteira em si, mas a “condição fronteira”. Por “condição fronteira” a autora afirma que se trata da experiência viva e vivida pelas pessoas que estão e circulam na fronteira, ou seja, num espaço dialético de diferenças e semelhanças “nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos” (p. 10).

Com outras palavras, mas entendendo a vida na fronteira como variável importante para explicar sua configuração e conteúdo, Ferrari e Dias (2013), afirmam que Machado (2005), já trazia como preocupação entender a “zona de fronteira internacional”, ou seja, suas interações. Ainda de acordo com Ferrari e Dias (2013), a “zona de fronteira internacional” pode ser entendida enquanto uma área “*próxima ao limite, sem margens muito precisas, pois tende a expandir-se em direção ao interior de um ou de outro país, de acordo com as potencialidades produtivas, comerciais e de serviços oferecidos*” (p. 147).

Portanto, a condição de fronteira lida por meio das trocas e zona de fronteira enquanto espaço de interações, são elementos constituintes para entender a fronteira a partir de vários pontos de vista, seja por intermédio da circulação de informações, mercadorias ou pessoas. Para nós, o debate acerca da fronteira é importante, na medida que os fluxos internacionais atrelados à migração e refúgio estão diretamente atrelados aos conflitos e às interações material e imaterial proporcionadas pela condição fronteira viva, vivida e experienciada por múltiplos agentes.

De maneira especial, para Woessner (2020) a fronteira é uma realidade e pode ser uma barreira dramática, sobretudo para pessoas migrantes e refugiadas que apresentam vulnerabilidades múltiplas, já que de acordo com Amilhat-Szary (2015), a fronteira enquanto território de poder no século XXI se expande por meio de suas conexões estabelecidas com agências e organismos internacionais, polícia especial em aeroportos e equipamentos de vigilância tais como drones e aplicativos capazes de intensificar a vigilância, a securitização e o monitoramento das pessoas que querem atravessar, aquelas que atravessaram e aquelas que circulam no ambiente fronteiro. A autora ainda chama a atenção ao destacar que atualmente, ocorre a produção de normas diferenciadas em circuitos transnacionais complexos de migrantes e bens, a depender da origem territorial.

No século XXI, de acordo com Beylier; Amilhat-Szary; Benedetti e Tabuteau (2021), o continente americano constitui-se enquanto “um laboratório precioso para o estudo das fronteiras e suas evoluções” (p. 2). A globalização construiu um ideário de um “mundo sem fronteiras”. Nesse contexto, o continente americano por um lado, multiplicou seus projetos de integração regional e facilitou a redução de suas barreiras alfandegárias. Por outro lado, é possível verificar a dialética das fronteiras, já que as mesmas que são sinônimos



de integração regional pelos circuitos produtivos, tornaram-se pontos tensões territoriais, mormente pela intensificação do tráfico de drogas, mercadorias, informações, pessoas, corpos etc.

As fronteiras americanas compartilham traços em comum com as fronteiras na totalidade mundo, ou seja, por um lado, elas se desregulam para facilitar a passagem dos fluxos econômicos e, por outro, reafirmam-se para controlar todos os tipos de mobilidade e estigmatizar certos tipos de migração. Em síntese, a fim de garantir a segurança e o controle dos territórios, as fronteiras tornaram-se espaços fortificados.

A migração no século XXI apresenta cada vez mais um caráter transfronteiriço. A condição transfronteiriça que envolve o Brasil foi alvo de inúmeros trabalhos, entre eles, destacam-se: Haesbaert e Barbara (2001), que estudaram a migração de brasileiros para o Paraguai (iniciada em meados do século XX). Os autores viram como identidades podem ser construídas na migração a partir dos sujeitos “brasiguaios”. Buhler (2008), por sua vez, analisa a condição fronteiriça dos rizicultores entre Brasil e Uruguai por meio das territorialidades e estratégias de acesso aos recursos para desenvolvimento das atividades agrícolas.

Mondardo (2018) faz uma leitura de intensos conflitos e resistências transfronteiriças que envolvem povos indígenas, migrantes e empresários do agronegócio na fronteira Brasil-Paraguai. A partir do mesmo recorte territorial Albuquerque (2005) analisa os conflitos interculturais na fronteira Brasil – Paraguai. Por sua vez, Chaves (2023) tendo como recorte empírico a fronteira Brasil – Bolívia, faz um importante trabalho sobre as trocas simbólicas por meio da manifestação religiosa da “Virgem de Copacabana”, cultuada por migrantes bolivianos e brasileiros em condição transfronteiriça (Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia).

É importante considerar que, em relação ao acolhimento humanitário de pessoas em situação de vulnerabilidade, no ano de 2010, o Brasil se destacou na recepção de refugiados haitianos⁴. De acordo com Joseph (2017), Jesus e Goetterd (2020), o Haiti, em meio a um quadro de empobrecimento e precariedade, agravado pela tragédia ambiental provocada pelo terremoto, presenciou o aumento do volume de pessoas e ampliação da migração haitiana na escala global.

No Brasil, os primeiros haitianos entraram pela fronteira terrestre Peru – Colômbia – Brasil (cidade de Tabatinga - AM) e na fronteira Bolívia – Peru – Brasil (cidade de Brasileia - AC). Após as primeiras entradas e associadas ao reconhecimento de visto humanitário, garantiu uma ampliação dos pontos de entrada dos haitianos no território brasileiro, ou seja, foram mapeados entradas por fronteiras terrestres e aéreas. O Brasil, enquanto território de passagem ou permanência, tornou-se um país de possibilidade migratória.

⁴ O Brasil comandava as tropas (composta por 21 países) da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).



Assim, países como o Brasil, no contexto do continente americano, juntamente com México e Argentina, ganharam centralidade na recepção de migrantes internacionais, tanto daqueles que migram em situação de vulnerabilidade, quanto daqueles que migraram com perfil de investidores (Bomtempo, 2020) e que buscam ou já possuem qualificação profissional (Bomtempo e Sena, 2021).

Do ponto de vista da escala latino-americana, a centralidade regional do Brasil nas migrações, deve-se em grande medida, por um lado, às restrições migratórias impostas pelos Estados Unidos e demais países “desenvolvidos” na escala mundo, fazendo com que as pessoas em situação de vulnerabilidade traçassem novas rotas e trajetórias, por um lado, à estabilidade econômica e política alcançada pelo país no período de (2002 a 2016), ao projeto de modernização e tecnificação do território e à aprovação da Lei no. 13.445, de 24 de maio de 2017, reconhecida como “Lei de Migração”⁵. Esses fatores associados, permitiram com que novas dinâmicas populacionais advindas de migrações internacionais, fossem cartografadas no território brasileiro.

Enquanto resultado, no que concerne à dinâmica populacional, tivemos a coexistência de múltiplos fluxos migratórios do ponto de vista das direções, das causas, do volume, da escala e da temporalidade. Entre os fluxos internos, podem ser citados: migração inter-regional, intrarregional, temporária, campo – cidade, cidade – campo, urbano – regional, migração de retorno. Entre as migrações internacionais, as que predominaram foram as transfronteiriças envolvendo países do Norte-Sul e Sul-Sul global.

De acordo com Carnero (2024), o Estado já não é mais o único agente que possui o controle e realiza a gestão das fronteiras internacionais. Na verdade, elas são controladas por agentes multiescalares, desse modo, sofre um duplo processo, ora de externalização, ora de internacionalização. No que se refere ao processo de externalização é preciso considerar que os países do Norte Global, por intermédio das agências e organismos internacionais, elaboram estratégias de gestão controlada das fronteiras, que na verdade, são imposições destinadas aos países de origem ou de trânsito, no qual impõem o cumprimento de uma série de normas com vistas à contenção e a vigilância das pessoas que querem cruzar as fronteiras.

Nesse contexto, são intensificadas práticas de expulsões, detenções e deportações enquanto formas de retenção das pessoas nos países de origem ou de trânsito, como ocorre na fronteira do México com os Estados Unidos. Cada vez mais os processos de evacuação de latino-americanos dos Estados Unidos se intensificam ao mesmo tempo que é mais morosa a solicitação de asilo internacional de latino-americanos para os países do Norte-Global. Essas pessoas permanecem em situação de vulnerabilidades múltiplas ao passo que intensificam sua condição fronteiriça nas cidades mexicanas.

⁵ Construída durante 5 anos (2013 – 2017) de maneira horizontal entre movimentos, associações, coletivos, instituições, governos, universidades, sociedade civil e grupos de migrantes de diversas nacionalidades residentes no país, mas aprovada com diversos vetos durante o governo golpista de Michel Temer (Agosto, 2016 - Dezembro, 2018).



Em relação ao processo de interiorização da fronteira podemos trazer como exemplo o programa de interiorização migratória de pessoas em situação de migração oriundas da Venezuela para o Brasil por intermédio da “Operação Acolhida”.

Bomtempo e Oliveira (2023), ao fazerem a leitura da migração forçada de venezuelanos para o Brasil, analisam os conflitos transfronteiriços demarcados territorialmente no recorte empírico que compreende Santa Helena de Uairén/Bolívar/Venezuela e Paracarama/Roraima/Brasil.

A “Operação Acolhida” entrou em vigor no ano de 2017, à época, sob autorização do governo federal do Brasil, sob gestão de organismos internacionais de controle fronteiro e do exército brasileiro. A operação tem, entre outros objetivos, direcionar as pessoas em situação de migração para diversos estados do território nacional. Mormente, são pessoas que deram entrada no país e foram registrados como “migrantes forçados”. Pela concepção da “Operação Acolhida”, é possível afirmar que existe um alargamento da condição de fronteira das pessoas que se inserem nas cidades brasileiras por meio do acolhimento na citada operação, já que é sustentada e controlada por organismos, instituições e agentes internos e externos.

Ao serem “acolhidos” na cidade fronteira de Pacaraima/Roraima, as pessoas em situação de migração são cadastradas e direcionadas para abrigos. Em paralelo, agentes da sociedade civil (igrejas, associações etc) atuam em rede no sentido de direcionar os registrados (na operação o termo utilizado é interiorização) para as casas de acolhida presentes em diversos estados brasileiros. Ao serem selecionados, os bilhetes de passagem são emitidos pela “Operação Acolhida” e as pessoas direcionadas para as casas de acolhida, onde podem permanecer por até dois meses.

Ao chegarem no aeroporto da cidade, são recepcionadas por agentes do exército e monitoradas por agentes supranacionais por intermédio de agentes locais que atuam na gestão das casas. Diante do apresentado, temos uma dispersão territorial da fronteira, na medida que a normatização, a gestão e o controle dos migrantes que se inicia com o cruzamento, o registro e o direcionamento para as casas de acolhida em vários estados do Brasil, faz com que a condição transfronteira de vigilância seja multiescalar e permaneça durante a estadia das pessoas em situação de migração nas casas de acolhida e posterior à saída. A fronteira, no caso dos migrantes venezuelanos registrados pela “Operação Acolhida”, possui uma configuração dispersa territorialmente e sua extensão e conteúdo perpassa pela estrutura da “Operação Acolhida”, que cumpre seu objetivo de retenção e contenção dos venezuelanos em território brasileiro, diminuindo assim a densidade da fronteira em direção aos países do Norte Global. Temos portanto, um território fronteiro que não se configura mais como zona, mas um território reticular (que se estende à escala do corpo dos sujeitos migrantes) e multidimensional (envolvendo questões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais).



A partir dos referenciais, ao considerar a fronteira enquanto produção histórica, econômica, política, social, ambiental, cultural e espacial faz-se mister a leitura dos movimentos migratórios internacionais no século XXI a partir interações transfronteiriças em condição multiescalar e multidimensional e não puramente demarcadas num espaço métrico.

Entre os migrantes, cuja origem territorial são países do Sul-Global, verifica-se um volume considerável de solicitantes de refúgio (Bomtempo e Oliveira, 2023), sobretudo de países latino-americanos, asiáticos, africanos e do Oriente Médio. Vale ressaltar, que entre tais migrantes, a partir de 2016, a migração de venezuelanos passou a ser a mais expressiva do ponto de vista do volume e da diversidade dos perfis migratórios, tais como pessoas: refugiadas, trabalhadoras qualificadas do ponto de vista técnico e sem qualificação técnica – acadêmica, estudantes, como também migrantes investidores. Verifica-se ainda, a migração de povos originários, a exemplo dos indígenas da etnia Warao que cruzaram a fronteira Venezuela - Brasil em 2016 e que permanece até os dias atuais.

A migração venezuelana iniciada na segunda década do século XXI se apresenta de maneira paradigmática, não somente pela causa que leva aos inúmeros fluxos e à dispersão global dos venezuelanos, mas pela condução e envolvimento de instituições e agentes que trabalham no sentido de ordenar a migração venezuelana na América Latina.

Nunes e Sanfelici (2018), afirmam que a discussão institucional se apresenta como possibilidade com vistas a romper a dicotomia de interpretações nos subcampos da Geografia Política e Geografia Econômica. Concordamos com os autores sobre o forte viés territorial que a teoria institucional possui, entretanto, para nós a contribuição pode envolver outros subcampos da ciência geográfica, entre eles a Geografia da População, sobretudo no que se refere às tentativas atuais de ordenamento migratório feito por instituições e agentes que atuam em múltiplas escalas.

De acordo com Dequech (2017), as instituições podem ser explicadas enquanto [...] sistemas de regras socialmente compartilhados de comportamento e/ou de pensamento que têm alguma recorrência no tempo. Essas regras indicam o que (não) fazer ou pensar em determinadas circunstâncias (p. 160).

As instituições podem ser formais e informais e possuem um “nexo geográfico”, entendido como “regras, códigos e limites formais e informais” que podem apresentar especificidades conforme o recorte, as relações e os agentes territoriais. Desse modo, de acordo com Nunes e Sanfelici (2018), podem ser mediações importantes para a compreensão das relações entre sociedade e território em múltiplas escalas.

O Estado enquanto instituição no Brasil, promulgou a Lei de Migração (13.445/2017) e criou uma estrutura organizacional para atender as demandas da população migrante. Como um dos resultados da



supracitada Lei, em cada estado da federação, foram realizados debates na tentativa de estruturar Secretarias, Comitês, Gerências Estaduais e Programas com vistas ao acolhimento de pessoas em situação de migração. Ao mesmo tempo, instituições da sociedade civil, sobretudo igrejas, associações, ONG's e Universidades, tornaram-se não somente espaços de acolhida, mas de atendimento às múltiplas demandas que chegam junto com as pessoas em situação de migração.

No Mapa 1, verificamos a existência de Secretarias, Comitês e Gerências Estaduais de proteção e acolhimento em todo território nacional. É possível considerar a Lei de Migração como um marco para que o Estado, enquanto instituição pública, pudesse ter uma atuação nacional nas questões que envolvem a migração. Anterior à 2017, é possível verificar que Secretarias, Comitês e Gerências Estaduais de proteção e acolhimento às pessoas em situação de migração eram instaladas, majoritariamente nos estados da região Sudeste e Sul do Brasil. No Nordeste, somente Sergipe tinha um representante institucional Público, que pudesse acompanhar as pautas migratórias, assim como o estado do Amazonas, na região Norte do Brasil.

A partir de 2017, ainda conforme o Mapa 1, tivemos uma ampliação de Secretarias, Comitês e Gerências Estaduais de proteção e acolhimento para as pessoas em situação de migração em todo território nacional.

Mapa 1. Secretaria, Comitês e Gerências Estaduais de proteção e acolhimento ao migrante.



Fonte: Secretarias Estaduais. Elaboração: Gabriel Oliveira e Denise Bomtempo.



A partir do Mapa 1, visualizamos as Secretarias que são responsáveis por tratar de demandas vinculadas à migração e a partir de quando passaram a existir. Dos órgãos mais antigos, destaca-se São Paulo (ano de 2007), Rio de Janeiro (2009), Pará (2009), Sergipe (2012) e Rio Grande do Sul. Alguns estados são recentes, mas ainda na década de 2010, como: Paraná (2015), Mato Grosso do Sul (2016) e Minas Gerais (2015). O Estado do Pará possui uma Secretária e um Comitê específico para Direitos Violados e não atende de maneira específica a população em situação de migração, mas sujeitos com outras questões e vulnerabilidades.

Nos demais estados, os comitês, conselhos e gerências são recentes, com início a partir de 2020. Os estados do Ceará (2023), Goiás (2020), Piauí (2023), Paraíba (2020), Pernambuco (2022), Roraima (2022). Como não existiu um prazo específico, cada estado se organiza na tentativa de criar órgãos institucionais competentes para tratar da pauta migratória.

No Brasil, a leitura das instituições e agentes envolvidos na migração de venezuelanos é um caminho para entender a configuração, o conteúdo e os redirecionamentos dos fluxos que, na escala mundo, são subsidiados por operações e “programas humanitários”, cuja gestão é centralizada em organismos internacionais em conformidade com representantes do Estado (por meio de secretarias, comitês, programas e gerência estadual), sociedade civil, empresas e corporações transnacionais.

Na história recente das migrações internacionais que atravessam o território brasileiro, foi possível verificar a elaboração do primeiro programa migratório de apoio humanitário que envolve a fronteira direta, trata-se da Operação Acolhida ou Força-Tarefa Logística Humanitária – FT Log Hum. Criada em 2018, a partir do decreto nº 9.285/2018, a Operação Acolhida foi uma resposta do Governo Federal brasileiro (2018 – 2021) para a migração venezuelanos para o Brasil, que comporta cerca de 560 mil venezuelanos (ACNUR, 2023).

A Operação Acolhida acoplada ao Ministério da Defesa, pelo então Presidente Michel Temer, que visava cooperar com o desenvolvimento de atividades humanitárias no estado Roraima (BRASIL, 2018). A operação tem como objetivo realizar um ordenamento da fronteira Brasil-Venezuela, abrigar e acolher os migrantes venezuelano, bem como realizar os trâmites para a permanência dos venezuelanos de maneira dispersa e controlada no território brasileiro. Nos documentos da Operação Acolhida, essa ação é chamada de “interiorização”.

Nas cidades Pacaraima e Boa Vista, estado de Roraima, as instituições e os agentes se materializam para o atendimento dos migrantes que cruzam a fronteira. Verifica-se a presença de organismos internacionais, como ACNUR, OIM, Cruz Vermelha; Estado brasileiro, por intermédio das Forças Armadas,



fazendo-se presente (de acordo com a instrução ministerial) o exército, marinha e força aérea, cada um com objetivos esclarecidos para dar apoio a questão migratória.

No ano de 2022, a Operação Acolhida ganhou reforço, dada a expedição de um documento intitulado Portaria da Operação Controle GM-MD nº 1.772, de 4 de Abril de 2022, emitida sobre o governo do Presidente Jair Bolsonaro, que tem como objetivo a) “coibir os crimes transfronteiriços, com foco naqueles relacionados ao fluxo migratório de cidadãos venezuelanos para o Território Nacional” (BRASIL, 2022); b) apoiar a evacuação de pessoas que estejam em serviço nas instalações da Operação Acolhida, localizadas fora das áreas sob administração militar, para uma área militar em segurança (BRASIL, 2022).

Somado as instituições de cunho militares, fazem-se presente nesta operação órgãos federais como: Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Força Nacional do SUS, Vigilância Agropecuária Internacional, FUNASA, e Defensoria Pública da União (DPU)⁶. Organizações internacionais também se fazem presente, como: Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres, Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS)⁷, United States Agency for International Development/Office of U.S. Foreign Disaster Assistance (USAID/OFDA), Associação de Voluntários para o Serviço Internacional – Itália.

Como parte da Operação Acolhida, participam agentes da sociedade civil, tais como: igrejas, associações, universidades, Organizações Não Governamentais, como: Fraternidade Federação Humanitária Internacional; Fundação Pan-americana para o Desenvolvimento; Fraternidade sem Fronteiras; Telecom sem Fronteiras (França); Pirilampos; Associação de Bem com a Vida; Cia. Cultural Bola de Meia; Ação do Coração; Instituto Gente Amazônica; Ação do Coração. E entidades vinculadas às instituições religiosas como: Igreja Católica (Paróquia Nossa Senhora Consolata); Igreja Metodista; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons); Cruz Vermelha Internacional; Rotary Clube Internacional; ADRA - Associação dos Adventistas; Cáritas Brasileira; Exército da Salvação, Centro de Migração dos Direitos Humanos; Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados; Pastoral Universitária; Pastoral da Criança; Pastoral do Imigrante; SENAC; SESC; JOCUM; APAE (Operação Acolhida, 2018).

A articulação dessas diversas instituições busca atingir o objetivo da Operação: “dar suporte humanitário e de infraestrutura ao estado de Roraima a partir da entrada de venezuelanos na fronteira (Operação Acolhida, 2018). Após o processo de regularização documental, vacinação dos migrantes, e o

⁶ Retirado de: https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xixcedn/situacoes_atual_da_aacolhida.pdf

⁷ Dados retirados de: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/16/agencias-da-onu-integram-novo-site-da-operacao-acolhida/>



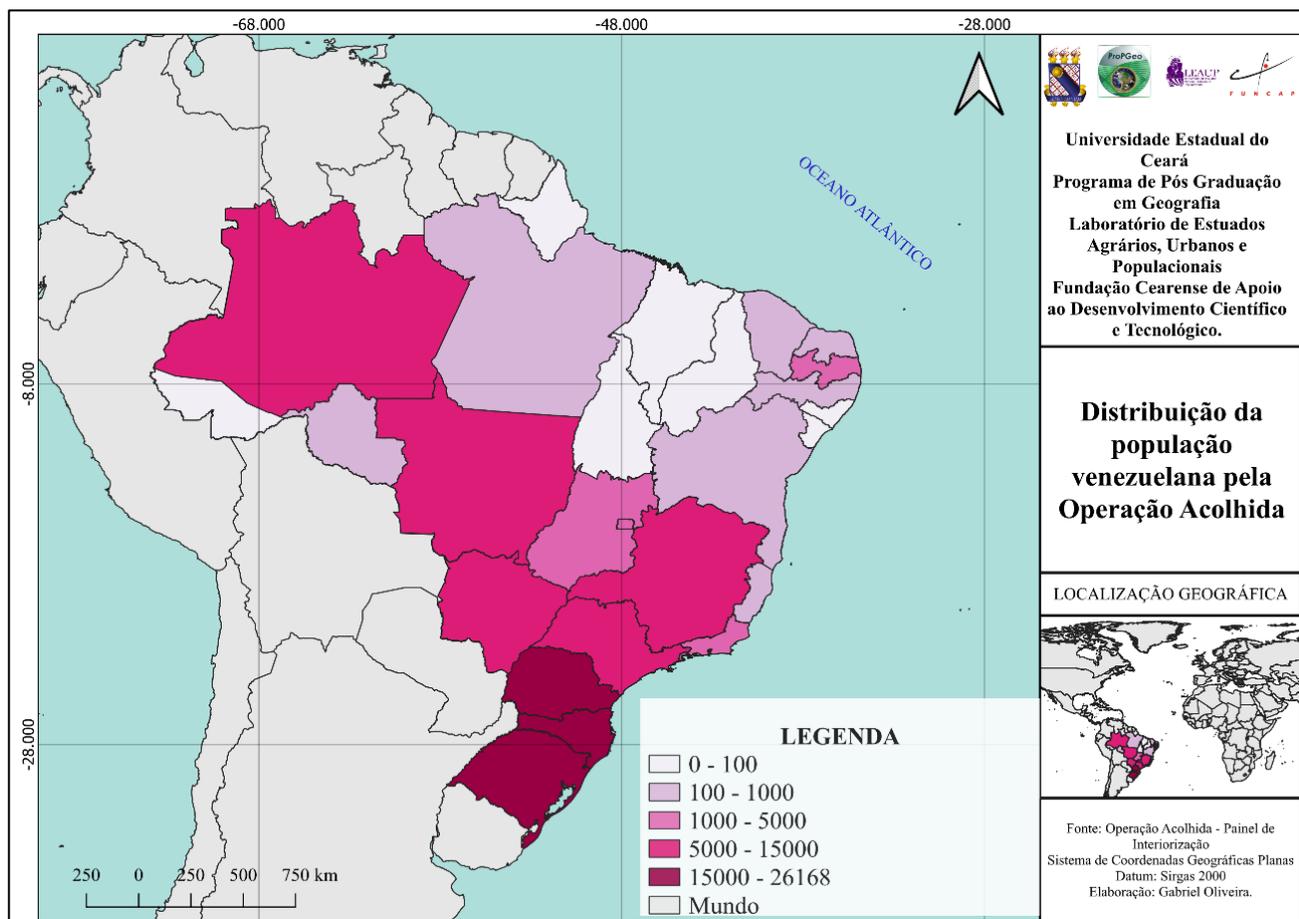
encaminhamento para o abrigo, pode-se dar início ao processo de dispersão territorial controlada dos venezuelanos no território brasileiro “interiorização”

A dispersão territorial controlada ou “interiorização” via “Operação Acolhida” é uma “realocação voluntária” de venezuelanos, que tem como objetivo contribuir com que possam encontrar “novas oportunidades de emprego ou se reunirem com familiares e/ou amigos no território brasileiro”. Para que a pessoa em situação de migração, atendida pela Operação Acolhida possa se inserir no processo de dispersão territorial controlada (interiorização), precisa ter um perfil que se adeque a uma das quatro modalidades que estruturam a proposta, são elas:

- a) Reunificação familiar: pessoas refugiadas e migrantes que desejem reunir-se com seus familiares que residem regularmente em outras regiões do país, estejam dispostos e tenham condições de oferecer apoio e moradia;
- b) Reunião Social: pessoas refugiadas e migrantes que desejem reunir-se com indivíduos com quem possuam vínculo de amizade, ou afetividade, ou familiares cujo vínculo não possa ser comprovado por meio de documentação. Os receptores devem ter condições de garantir o sustento e a moradia dos acolhidos.
- c) Vaga de Emprego Sinalizada (VES): deslocamento de pessoas refugiadas e migrantes que receberam sinalização de oportunidade de trabalho por empresas brasileiras de todas as regiões do país.
- d) Institucional: saída de abrigos em Roraima para abrigos em uma das cidades de destino (Operação Acolhida, 2018).

No Brasil, de acordo com os dados fornecidos pelo “Painel de Interiorização”, cuja gestão é feita pela Organização Mundial das Migrações (OIM), cerca de 122.701 venezuelanos foram realocados por meio do ordenamento migratório controlado para as diversas regiões do Brasil. O Mapa 2 apresenta a dispersão controlada das pessoas em situação de migração, por meio da Operação Acolhida, originárias da Venezuela:

Mapa 2. Distribuição de venezuelanos no Brasil por meio da Operação Acolhida.



Fonte: Operação Acolhida – Painel de Interiorização. Elaboração: Gabriel Oliveira.

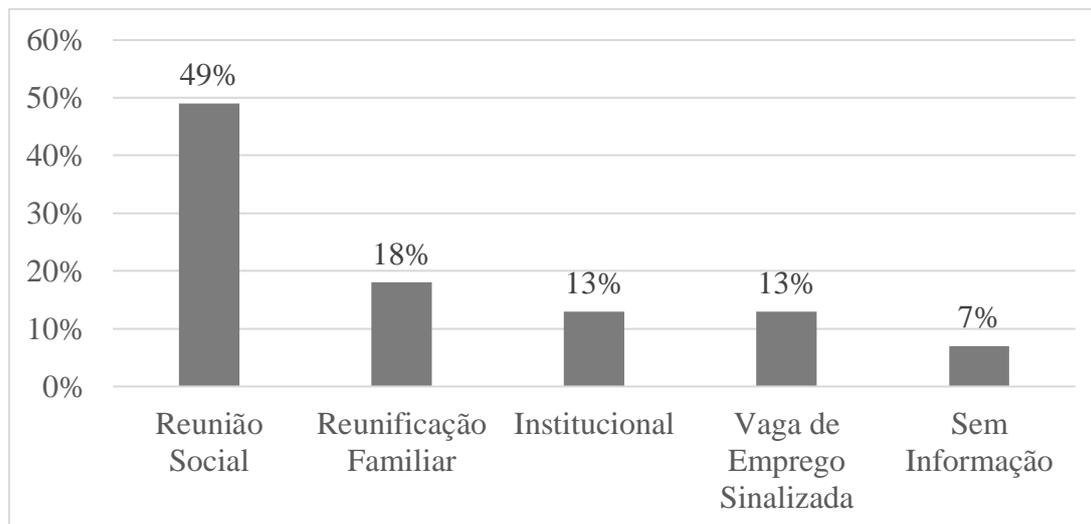
Por meio do Mapa 2 é possível verificar em quais estados brasileiros se encontram pessoas migrantes que atravessaram a fronteira da Venezuela para o estado de Roraima, normalmente pela cidade de Santa Elena de Uairén (Venezuela) – Pacaraima (Roraima), e posteriormente seguem o trajeto até Boa Vista.

Nos estados pertencentes à “Região Concentrada” é possível verificar uma maior incidência de migrantes venezuelanos institucionalizados pela Operação Acolhida no território brasileiro. A Região Nordeste do Brasil, do ponto de vista do volume se destaca, porém de maneira inferior à citada região.

No tocante às modalidades atreladas à dispersão territorial controlada de migrantes venezuelanos no território, há uma predominância da variável Reunião Social, conforme demonstrado no Gráfico 1, ou seja, pessoas que não possuem vínculos familiares comprovados, somente uma afetividade, amizade ou relação familiar não comprovada, em que a partir disso se realiza o contato com o sujeito que irá receber o migrante no estado.



Gráfico 1. Dispersão territorial controlada - Operação Acolhida 2018 – 2023.

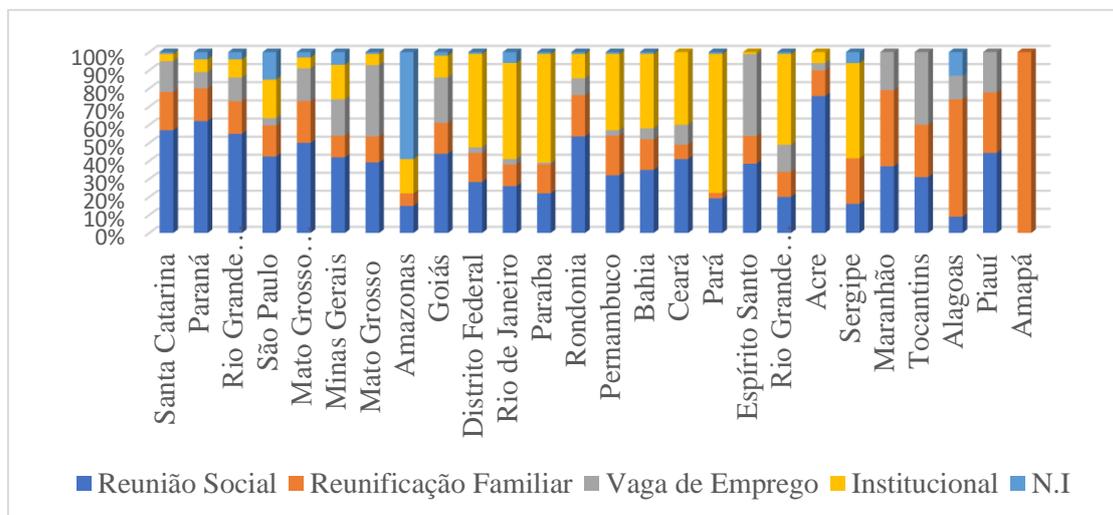


Fonte: Painel de Interiorização. Elaboração: MARTINS, Gabriel.

Conforme pode ser verificado no Gráfico 1, a modalidade de reunião social cobre 49% dos processos de dispersão controlada dos venezuelanos no território brasileiro. Em seguida temos a reunificação familiar com 18%, Institucional 13%, e vaga de emprego sinalizada com também 13%, sem informação foram 7%.

No Gráfico 2 visualizamos as modalidades dispersão territorial controlada da migração de venezuelanos promovidas pela Operação Acolhida para cada estado brasileiro no período de 2018 a 2023. O gráfico representa em ordem quantitativa os estados que mais receberam migrantes oriundos desse programa, conforme já destacado no Mapa 1.

Gráfico 2. Dispersão territorial controlada - Operação Acolhida por Estado 2018 – 2023.



Fonte: Painel de Interiorização. Elaboração: autor.



Constata-se a partir do Gráfico 2 que as modalidades de dispersão controlada variam de estado para estado, contudo percebe-se a constância da modalidade de reunião social, fazendo-se predominante em quase todas as unidades federativas do Brasil, principalmente naquelas que detêm de um fluxo maior do ponto de vista quantitativo, por exemplo: Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

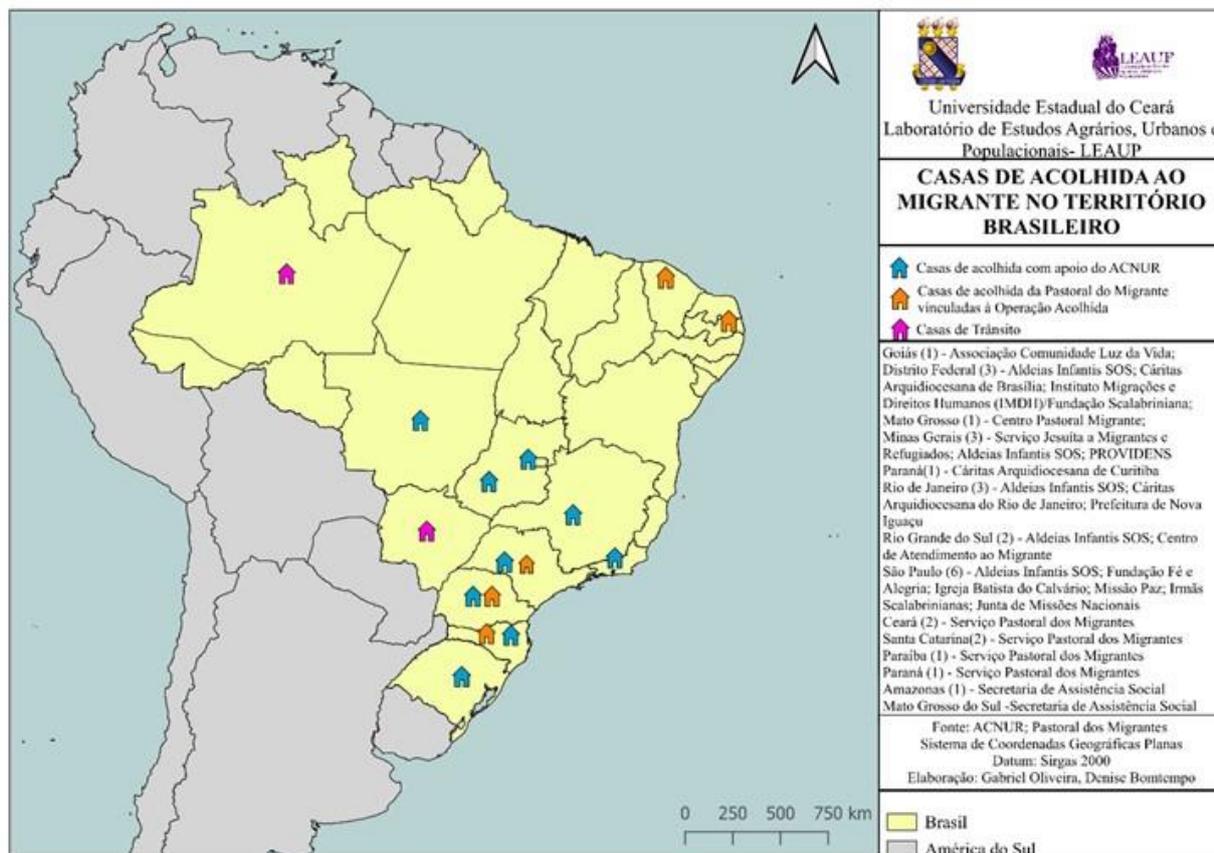
Entretanto, nota-se também algumas especificidades das migrações internas de venezuelanos promovidos pelo Governo Federal em alguns estados e regiões do país, como os estados do Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Espírito Santo que detêm uma expressividade maior de “interiorização” a partir de vagas de empregos sinalizadas.

Essa mudança no predomínio de modalidade também é presenciada em outros estados, como: Rio de Janeiro e Distrito Federal, mais principalmente estados da Região Nordeste, como: Paraíba, Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, em que a modalidade institucional é o principal modal do fluxo de venezuelanos oriundos dessa política migratória.

Desta forma, percebe-se uma realidade migratória diferente nesses espaços, sobretudo na Região Nordeste brasileira, já que o estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal detêm de um quantitativo maior comparado aos estados nordestinos. A partir da pesquisa, foi possível verificar que as instituições de acolhimento ao migrante na Região Nordeste brasileira é uma variável importante em se tratando de dispersão territorial controlada da migração por conta da modalidade institucional.

É importante considerar que, por meio da “Operação Acolhida”, a dispersão territorial controlada de migrantes venezuelanos no Brasil, é sustentada majoritariamente por instituições nacionais e organismos supranacionais que “ordena e normatiza a fronteira Brasil – Venezuela pelo estado de Roraima e a sua extensão, que consideramos ser as casas de acolhida dispersa no território nacional (Mapa 3).

Mapa 3. Casas de Acolhida ao Migrante no território brasileiro.



Fonte: ACNUR e Pastoral dos Migrantes. Elaboração: Gabriel Martins.

Assim como constatou Carnero (2024), compreendemos que a “Operação Acolhida” cumpre com eficiência as determinações dos países que compõem o Norte Global, ou seja, faz com a estrutura funcione no sentido de formar uma barreira de contenção migratória no território brasileiro, por isso, não apenas “interiorizam”, mas dispersam territorialmente as pessoas de maneira controlada. Já que aos estarem nas casas de acolhida e posteriormente à saída, continuam o processo de monitoramento e vigilância das pessoas inseridas nessa operação.

Os agentes locais na sociedade civil e prefeituras municipais são aqueles que recebem as pessoas em situação de migração e sofrem a pressão institucional para que as permanências sejam reais, todavia após o período de estadia na casa de acolhida, os recursos são inexistentes e por sua vez, as demandas de saúde, educação, lazer, documentação, moradia etc são manifestadas na escala local e por sua vez, os conflitos cotidianos permanecem sem a gestão controlada dos organismos internacionais.

Diante do apresentado, consideramos ser de extrema necessidade entender a configuração e o conteúdo das migrações no século XXI do ponto de vista analítico, tendo como foco contribuir para a leitura teórica dos fenômenos, como também tendo como perspectiva contribuir para aplicação – elaboração de



programas e políticas públicas autônomas, emancipatórias e não somente supervisionada e vigiada por agentes externos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem das migrações internacionais em construção prima por não somente identificar os espaços de partida e chegada, mas entender as relações espaciais, temporais e sociais que envolvem os migrantes nos espaços em que eles atravessam, instalam, mudam, circulam, transitam, permanecem – transformam e criam suas territorialidades. Dessa forma, procuramos dar conta da configuração e do conteúdo social e territorial das migrações no século XXI, tendo com centro da discussão as pessoas em situação de migração.

Neste texto, priorizamos apresentar algumas reflexões acerca das migrações no período atual, sobretudo a configuração e o conteúdo. O conteúdo, lido pelas instituições e agentes que regulam a entrada, a permanência e a dispersão das pessoas em situação de migração no território brasileiro. De maneira particular, focamos a interpretação para a migração venezuelana, por se tratar da primeira experiência de uma gestão migratória no território brasileiro, organizada por múltiplas instituições e agentes supranacionais, em conformidade com o Estado brasileiro e instituições da sociedade civil.

A Operação Acolhida, instituída em 2018 por dentro do Estado brasileiro, mas que tem nos organismos internacionais, os agentes que normatizam, gestam e controlam o fluxo migratório de venezuelanos no Brasil. No contexto da América Latina, atua no sentido de estabelecer uma barreira de contenção entre latino americanos e os Estados Unidos, já que desde os anos 2000 iniciou intervenções em vários países, na tentativa de instituir, flexibilizar e organizar leis e políticas migratórias, quando a mesma, não existia, como é o caso do Brasil.

Neste mundo em transição, afirmamos que a proposição da leitura geográfica das instituições e dos agentes, pode contribuir, entre outros, para que a gestão da migração possa ser construída com base em normatizações humanitárias e não enquanto barreiras de contenção transfronteiriças. Desse modo, além da reflexão teórica, pretendemos que as discussões realizadas possam subsidiar a elaboração de políticas públicas com vistas a fomentar ações com vistas à construção de autonomia dos migrantes em território de migração e que não sejam considerados apenas números que movimentam práticas institucionais neocolonialistas⁸.

⁸ <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/lula-na-africa-amizade-ou-neocolonialismo/>



REFERÊNCIAS

- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/alto-comissario/> Acesso em 20 de abril de 2024.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a migração brasileira no Paraguai**. Tese de Doutorado. PPS/UFC, 2005.
- ARAÚJO, G. de S.; BOMTEMPO, D. C. Redes migratórias dos italianos no Ceará. **Ateliê Geográfico**, v. 16, n. 3, p. 123-156, (<https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/72694>).
- BAENINGER, R. Migração Internacional e suas modalidades. BAENINGER, R. et al. (Orgs). **Migrações Sul-Sul**. 2ª edição. Campinas: UNICAMP, 2018.
- BECKER, B. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C.; BECKER, B. **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB; Paris: ORSTOM, 1988.
- BEYLIER, Pierre-Alexandre; SZARY, Anne-Laure A.; BENEDETTI, G.; TABUTEAU, E. «Fronteiras nas Américas – Integração, segurança e migrações: abordagens críticas». **IdeAs** [Online], 18 | 2021, posto online no dia 01 outubro 2021, consultado o 16 novembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/ideas/12007>; DOI: <https://doi.org/10.4000/ideas.12007>.
- BOMTEMPO, D. C. Migração internacional, economia urbana e territorialidades. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-26, 2019. (<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55885>).
- BOMTEMPO, D. C.; OLIVEIRA, G. M. L. de. Refugiados Latino Americanos na região Nordeste do Brasil. **Revista GeoNordeste**, v. 34, n. 2, 30 dez. 2023. (<https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/19802>).
- BOMTEMPO, D. C.; SENA, K. B. P. Migração internacional de africanos para o Brasil e suas territorialidades no estado do Ceará. **Geografares**: (UFES), v. 1, 2021, p. 205-228. (<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/37140/24381>).
- BOMTEMPO, D. C. Migração, economia urbana e inovação. In: GOMES, M. T. S.; TUNES, R. H.; GODINHO, F. de O. (Org.). **GEOGRAFIA DA INOVAÇÃO: território, redes e finanças**. Rio de Janeiro: Consequência, 1º ed., 2020, v. 1, p. 1-25.
- BOMTEMPO, D. C. Teorias da Geografia da População. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. dos S. (Orgs.). **TEORIAS NA GEOGRAFIA: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, v. 1, p. 433-482.
- BOMTEMPO, D. C. Redes, economia urbana e territorialidade: as recentes migrações internacionais da Região Nordeste do Brasil. In: BALBIM, R.; ARROYO, M.; SANTIAGO, C. (Orgs.). **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2024 (p. 225 – 259). (<https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=bf5f1b80-08fc-4fb2-bb61-053ca9c7261d>)
- BRASIL. **Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9285.htm Acesso em 20 de abril de 2024.
- BRASIL. **Portaria da Operação Controle GM-MD nº 1.772, de 4 de abril de 2022**. Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br> Acesso em 20 de abril de 2024.
- BRASIL. **SISMIGRA**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mi.gov.br/pt/dados/microdados/1733obmigra/dados/microdados/401205-sismigra> Acesso em 20 de abril de 2024.
- BRIGNOL, L. D.; COSTA, N. D. (2018), “Diáspora senegalesa e mediação tecnológica: entre tempos e lugares na observação do Magal de Touba”. **Contracampo** [online], vol. 37, nº 1, pp. 09-29. [12-11-2018]. (<http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17633/pdf>)
- BUHLER, E. A. A influência da territorialidade sobre as práticas dos agricultores: uma análise da mobilidade produtiva dos orizicultores do Rio Grande do Sul. **DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO**, v. 11, p. 69-98, 2008.
- CHAVES, G. S. V. **LA MAMITA DE COPACABANA: a celebração da Virgem boliviana na fronteira de Corumbá/BR e Puerto Quijarro/BO**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, 2023.
- CHOPLIN, A.; PLIEZ, O. The Inconspicuous Spaces of Globalization. **Journal of Urban Research** [Online], 12 | 2015, Online since 21 March 2016, connection, 2023. (<http://journals.openedition.org/articulo/2905>)



- DEQUECH, D. O conceito de instituições e algumas tipologias. SALLES, Alexandre Ottoni Teatini. **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- DIAZ, O. C. A Muridiyya e a Internet: dinâmicas on-line de transnacionalização de uma confraria islâmica senegalesa. **Revista Antropolítica**, n. 42, Niterói, 1. sem. 2017. <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41892>
- DORFMAN, Adriana. Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia. Belém: EDUFPA, 2013. (https://www.academia.edu/8583892/A_CONDI%C3%87%C3%83O_FRONTIIR%C3%87A_DIANTE_DA_SECURITIZA%C3%87%C3%83O_DAS_FRONTIIRAS_DO_BRASIL).
- DORON, A. "Structuration et recompositions post-révolution d'une route marchande mondialisée en Tunisie". **Mappemonde** [Online], 2020, connection on 15 November 2023. (<http://journals.openedition.org/mappemonde/7445>) DOI: <https://doi.org/10.4000/mappemonde.7445>
- FERRARI, M.; DIAS, L. Territorialidades transfronteiriças na zona de fronteira seca internacional Brasil-Argentina. FERRARI, Maristela; DIAS, Leila Christina (Org.): **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2ª. edição, rev., 2013.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste Niterói**: EDUFF, 1997.
- HAESBAERT, R.; BÁRBARA, M. J. S. Identidade e Migração em áreas Transfronteiriças. **GEOgraphia** (UFF) Niterói, v. 5, 2001, p. 45-65.
- HASS, H. de; *et all*. **The age of migration. Internatioal population movements in the modern world**. London: Macmillan International. Red Globe Press, 2020. 6a. Edition.
- JESUS, A. D. de; GOETTERT, J. D. A DINÂMICA DAS FRONTEIRAS E A MIGRAÇÃO HAITIANA CONTEMPORÂNEA. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 75, 2020, p. 280-299.
- JESUS, A. D. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. Tese de doutorado defendida na UFGD, 2020.
- JOSEPH, H. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **PERIPLOS. GT CLACSO - Migración Sur-Sur**. Volume 01 - Número 01.
- LACOSTE, Y. **A Geografia serve, antes de mais nada para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- [MACHADO, L. O.](#) Limites, Fronteiras, Redes. In: Strohaecker, T.; A. Damiani; Neiva Schäffer. (Org.). **FRONTEIRAS E ESPAÇO GLOBAL**. 1ed. PORTO ALEGRE: AGB - PORTO ALEGRE, 1998, v. 1, p. 41-49.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2015.
- MISSAOUI, L.; TARRIUS, A. Les cosmopolitismes migratoires lors des étapes partagées des transmigrants en France. In : TARRIUS, A.; MISSAOUI, L.; QACHA, F. **Transmigrants et nouveaux étrangers**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2013, p. 71-118.
- MONDARDO, M. L. **Territórios migrantes: transterritorialização e identidade em Francisco Beltrão/PR**. Dourados: Editora da UFGD, 2012.
- MONTENEGRO, R. M. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização, 2012. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, Venezuela, vol. 53, n. 1, 2012, pp. 147-164.
- NUNES, J.; SANFELICI, D. Ambiente institucional e diversidade territorial: considerações para uma agenda de pesquisa. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, 2018, 18-35. (<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27555>)
- OIM - **Organização Mundial das Migrações**. Brasil. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br>. Acesso em 20 de abril de 2024.
- PORTES, A. La mondialisation par le bas, l'émergence des communautés transnationales. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n.1129, 1999, p. 15-25.
- RAFFESTIN, C. Eléments pour une problématique des régions frontalières. **L'espace géographique**, 12-18, 1974.
- SAYAD, A. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.



- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record. 2001, 471 p.
- SASSEN, S. **Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra Belknap Press, 2014. 1ª edição.
- SENA, K. B. P.; BOMTEMPO, D. C. Migração internacional e territorialidades: a presença dos africanos no Ceará no início do século XXI. **Brazilian Geographical Journal**, v. 9, 2018, p. 1-22 (https://www.researchgate.net/publication/338866867_MIGRACAO_INTERNACIONAL_E_TERRITORIALIDADES_A_PRESENCIA_DOS_AFRICANOS_NO_CEARA_NO_INICIO_DO_SECULO_XXI_INTERNATIONAL_MIGRATION_AND_TERRITORIALITIES_THE_PRESENCE_OF_AFRICANS_IN_CEARA_AT_THE_BEGINNING_OF_)
- SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp-Espaço e Tempo**, v. 19, n. 2, 2015, p. 246-262.
- SORRE, M. **Rencontres de la Géographie et de la Sociologie**. [S. l.]: Petite Bibliothèque Sociologique Internationale, 1957.
- SZARY, Anne-Laure A. ;GIRAUT, F. Borderities: The Politics of Contemporary Mobile Borders. In: Anne-Laure Amilhat Szary; Frédéric Giraut. (Org.). **Borderities and the politics of contemporary mobile borders**. 1ed.Londres: Palgrave Macmillan, 2015, v. 1.
- TARRIUS, A. Leer, Describir, Interpretar. Las circulaciones migratórias: conveniencia de La noción de “territorio circulatório”. Los nuevos hábitos de la identidad. Relaciones. **Estudios de historia y sociedad**, vol. XXI, 2000.
- TARRIUS A. **La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine**. Paris: Balland, 220 p. 2002.
- TEDESCO, J. C. T.; MELLO, P. A. T. Imigração e transnacionalismo religioso. Os senegaleses e a confraria Muride no centro-norte do Rio Grande do Sul. **Revista Nures**. Ano XI. n° 30. Maio-Agosto de 2015. <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/27479/19441>
- WINTERS, N.; REIFFEN, F. Haciendo-lugar vía huellas y apegos: las personas migrantes africanas y sus experiencias de movilidad, inmovilidad e inserción local en América Latina. Introducción al dossier temático REMHU 56. **REMHU**, v. 27, n. 56, 2019, p. 11-33.
- WALLERSTEIN, E. **The capitalist world economy**. Cambridge University Press, Cambridge, 1979 (305 p.).
- WOESSNER, R. (ORG.): **Frontières**. Paris : Atlande, 2020.